

## PAIS CONSCIENTES, EDUCADORES CAPACITADOS - educação sexual para crianças e adolescentes-

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes<sup>22</sup>

### CONSCIOUS PARENTS, ENABLED EDUCATORS - sexual education for children and adolescents -

**Resumo:** Esta comunicação traz uma abordagem do papel da família e da escola na educação sexual de crianças e adolescentes, focando, principalmente na necessidade de conscientização dos pais e na formação de educadores a fim de que possam atuar adequadamente neste processo que é, em instância maior, de educação para a vida.

**Palavras-chave:** Conscientização de pais; formação de educadores; educação sexual na escola.

**Abstract:** This communication brings an approach of the paper of the family and of the school in the sexual education of children and adolescents, focusing, principally, in the necessity of aware of the parents and of educators' formation so that they can act appropriately in this process that is, in bigger persistence, of education for the life.

**Keywords:** Aware of parents; educators' formation; sexual education in the school.

#### Introdução

Educar para a sexualidade é educar para a vida. Nesta perspectiva, é consenso ser ideal que as aprendizagens sobre sexualidade e gênero aconteçam na família. Entretanto, sabemos também que nem todas as famílias conseguem efetivar, de forma satisfatória, esse tipo de educação num contexto de preparação para a vida. Por outro lado, o conhecimento construído acerca de sexualidade e gênero já constitui uma área de estudos bastante consolidada na contemporaneidade, mas suas repercussões nas práticas educativas nos diversos níveis do ensino formal ainda são insuficientes. Constatamos também a permanência no ambiente escolar de uma perspectiva higienista ou medicalizada do tema, em que são destacados aspectos como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e principalmente a descrição da anatomia e fisiologia dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, em detrimento das dimensões sócio-culturais, comportamentais e éticas do exercício da sexualidade.

A consciência deste quadro nos leva a refletir sobre a necessidade de conscientização dos pais e de formação de educadores para efetivarem a educação sexual de crianças e de adolescentes.

#### A família: primeiras e indeléveis impressões

A educação sexual como toda educação e como a própria sexualidade é um processo que começa ao nascer e nos acompanha até a morte. Nos primeiros anos de vida, a educação sexual acontece através da família que, consciente ou não de seu papel, cuida de instalar e de imprimir as primeiras noções sobre a sexualidade, conceitos e preconceitos, valores, atitudes e comportamentos considerados aceitáveis e adequados, tanto do ponto de vista individual, quanto coletivo.

Como afirma Barbosa (1994, p.51):

À medida que as crianças crescem, a curiosidade aumenta e dependendo da formação, conhecimento e até mesmo facilidade de expressão, pode ser desconcertante para alguns adultos falarem de sexo com os seus filhos, pois na realidade estão reproduzindo também a educação e a formação que tiveram [...].

---

<sup>22</sup> Doutora em Educação - Profª UFBA e UNIFACS. e-mail: [tcrispf@ufba.br](mailto:tcrispf@ufba.br) / [tereza.fagundes@unifacs.br](mailto:tereza.fagundes@unifacs.br)

Esta situação se modifica ao levarmos em conta as mais desejáveis relações familiares, consideradas harmoniosas, em que mães e pais, embora tragam marcas de uma criação diferente da que está propiciando às filhas e aos filhos, facilitam a consolidação das suas identidades e a formação de uma auto-estima positiva com a conquista da autonomia.

Apesar de nos referirmos a pais quando falamos de família, sabemos que, em geral, ou na maioria das famílias brasileiras há mães e filhos/as sem pais, que se ausentam por diferentes motivos que vão desde o não ter conhecimento de que contribuiram organicamente para o nascimento de um descendente, até a ausência deles por motivo de separação ou morte. As relações harmoniosas entre mães/pais e filhos combinam afeto com o favorecimento da individuação, a comunicação e o diálogo (troca de pontos de vista), a independência de pensamento (autonomia cognitiva), a tomada de iniciativas e a adaptação a novos grupos sociais e, neste contexto uma educação sexual efetiva.

A contribuição das mães e dos pais como educadoras/es da sexualidade fundamenta, de forma marcante, a vivência da sexualidade de uma pessoa durante toda a sua vida e constitui, também, a matriz dos relacionamentos interpessoais que se reproduzirão com maior ou menor intensidade, em outros ambientes sociais, como a escola.

Diferentemente do que a maioria das pessoas acredita, a educação sexual não se restringe ao que é dito e mostrado com a intenção de educar. Constituem elementos desta educação os silêncios, as negações, as atitudes limitadoras com relação à visibilidade dos corpos, as informações distorcidas veiculadas em situações do cotidiano, os comportamentos de repressão das expressões espontâneas de sexualidade, entre outras.

### **Da família para a escola**

Na escola iniciada ‘humildemente’ em meados do século passado, a educação sexual viveu na clandestinidade por algum tempo como reflexo das controvérsias que giravam em torno do processo. Alguns pais, mães e educadoras/es consideravam positivas as experiências iniciais de sua implantação nas escolas, mas outros a viam com uma estimuladora de práticas sexuais por parte das crianças e jovens e até mesmo como uma forma de perversão social.

Felizmente, na contemporaneidade, em lugares distintos do mundo, algumas experiências de educação sexual nas instituições escolares conseguiram sobreviver e outras tantas tem sido, pouco a pouco, implantadas e mantidas. Em nosso país, do ponto de vista formal, somente em 1996 com a nova LDB que desencadeou a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) teve-se a educação sexual legislada e finalmente aprovada. Entretanto, questionamos a capacitação dos profissionais de educação para fazê-lo. Como analisa Segú (1990) quando nos propomos a educar para a sexualidade o educador sexual é ponto crucial do processo; sua formação pode determinar o sucesso ou o fracasso da experiência. Para assegurar o sucesso, necessário se faz, também, que exista um mecanismo de acompanhamento efetivo de suas ações práticas bem como dos pressupostos teóricos que lhe embasam.

Ao tratarmos da educação sexual, continua Segú (1990, p. 31) “[...] devemos ter em conta que nos referimos a um processo educativo e não informativo, o qual é diferente, já que a informação é só um instrumento para chegar à educação”. Devemos ir mais além do que antigamente era considerado como educação para a sexualidade – os ensinamentos sobre biologia da reprodução, direitos sexuais e reprodutivos, controle voluntário da reprodução e de doenças sexualmente transmissíveis.

A educação sexual é uma educação para a pessoa.

Esta premissa se coaduna com o projeto pedagógico de formação de educadores sexuais que construímos na Universidade Federal da Bahia (FAGUNDES, 1995, p.24) baseado nos seguintes pressupostos:

- Todo programa de educação sexual precisa se fundamentar nos alicerces da vida do ser, marcada pelos registros inconscientes dos primeiros contatos e experiências. Deve estar atento ao que a família, consciente ou não de seu papel cuidou de instalar e imprimir, repensando dimensões da sexualidade esquecidas, negadas ou distorcidas.
- A educação para a sexualidade deve considerar que para o indivíduo viver em plenitude no mundo que o cerca, é preciso estar sensibilizado para respeitar a si mesmo e aos outros, relacionar-se, ter responsabilidade, crer na vida e procurar vivê-la com prazer, conhecendo seus próprios direitos, inclusive o de ser feliz.
- A aprendizagem de conceitos só se processa quando ocorre de forma significativa para o sujeito; logo, é preciso que haja envolvimento e integração no grupo, considerando a metodologia participativa, em que o programa de atividades é construído pelos próprios sujeitos do processo.
- É preciso criar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre suas idéias, sentimentos e conflitos na área da sexualidade e envolvam a totalidade de seu ser na re-interpretação e reconstrução da realidade.

Acreditamos na educação para a sexualidade na escola como continuadora daquela que acontece na família. Embora os PCN a apresentem como a terminologia Orientação Sexual, entendemos que falar de Educação é tornar o processo formal mais abrangente.

Orientação do ponto de vista educacional refere-se a um processo pedagógico sistematizado que se propõe a informar, erradicar preconceitos e abrir a discussão sobre emoções, comportamentos e valores que impedem o uso dos conhecimentos. Entretanto, o termo Orientação Sexual refere-se também a uma organização específica do erotismo de um indivíduo em relação à parceria sexual que pode ser heterossexual (entre pessoas do sexo oposto), homossexual (entre pessoas do mesmo sexo), bissexual (entre pessoas de ambos os sexos) e tantas outras formas possíveis de viver a sexualidade..

Contextualizada desta forma, optamos pela terminologia Educação Sexual por se tratar de um processo mais abrangente que não se limita a um conjunto de informações sobre sexualidade. Há procedimentos pedagógicos voltados para a conscientização ou ao aconselhamento que o/a educador/a possa fazer para um/a ou outro/a educando/a. Educar, como afirma Vitiello (1997. p.90), concordando com Segú (1990), referido anteriormente:

[...] embora passe por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas. Educar, no sentido mais amplo, significa “formar”, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente.

A educação sexual na escola requer, portanto, uma competente, efetiva e duradoura atuação dos educadores. Eles precisam ter um corpo de conhecimento abrangente e grande disposição para atuar estreitamente atrelados à atitudes coerentes com as informações que possui; precisam ter disposição para agir de forma favorável ou questionadora em relação a uma situação particular (que

pode até ser generalizável) referente à manifestações da sexualidade de crianças e de adolescentes, seus/suas educandos/as.

Além do conhecimento (que ocorre a nível consciente e racional), educar para a sexualidade envolve a revisão de crenças (que atuam no campo irracional e até mesmo do inconsciente). O conhecimento apela para a lógica e a crença, na aceitação ou crítica de algo como sendo verdadeiro, independente de comprovação racional. Acrescentamos ao conhecimento e às crenças, o componente afetivo (sentimento ou reação emocional) que manifestamos em relação a um objeto ou situação.

Educar para a sexualidade é “obrigação” da família, da escola e também do Estado. Entendendo o Estado em suas esferas (municipal, estadual e federal) e vendo-o como agente do poder institucional, controlador e reproduzidor de práticas e saberes sociais, admitimos que cabe a ele definir uma política de implementação do processo formal de Educação Sexual nas escolas e em espaços de educação não-formal.

Quando afirmamos ser imprescindível a presença e o envolvimento do Estado na formalização da Educação Sexual, colocamo-nos também em estado de alerta por sabermos que, com relação à orientação científica e pedagógica da sexualidade, como analisa Moraes, (1993, p.253):

A visão dominante foi construída pelo higienismo, pelo eugenismo e pelo assistencialismo. [...] o corpo, a saúde e a sexualidade estão desvinculados do prazer, do afeto, de qualquer visão economicamente não-produtora, e de reprodução da espécie, dos interesses sociais dos grupos hegemônicos.

E não é isso que queremos. Não pretendemos ver a educação sexual voltada apenas para a maternidade, à procriação, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, não constituindo uma manifestação comportamental, atitudinal.

Como função do Estado, educar para a sexualidade envolve também o acesso aos meios de controle voluntário de reprodução e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, compondo programas de planejamento familiar. Este processo aloca-se nos postos de saúde e precisa envolver profissionais capacitados que não deixem prevalecer valores pessoais sobre a natalidade de quem procura seus serviços, fornecendo apenas (e isto é muito), meios essenciais para que as pessoas controlem a sua própria prole, previnam-se de doenças e vivam plenamente a sua sexualidade. A Educação Sexual assegurada pelo Estado deve incorporar e envolver profissionais diversos e diferentes projetos sociais que dê continuidade ao debate em torno do tema, iniciado e desenvolvido pela sociedade civil em busca de melhores condições de existência e do desenvolvimento do potencial de felicidade a que todos têm direito.

A escola é um espaço de formalização do conhecimento. Na instituição escolar há promoção e facilitação da aprendizagem sobre o mundo e sobre nós mesmos. Ao ingressarmos na escola, vivenciamos novas formas de relacionamentos, de conhecimentos, de esclarecimentos, de novos objetivos.

Assim como a vida, a escola é um lugar de diversidade... Diversidade de gênero, etnia, crença, classe social, geração, etc. Neste espaço de ensino-aprendizagem cabem sonhos, curiosidades, desejos, medos, idéias, crescimento, questões sociais e políticas, expectativas para o futuro...

É um contexto que, certamente, inclui a sexualidade e a necessidade de respeito mútuo para que todos se sintam acolhidos em suas diferentes histórias de vida.

A escola não substitui nem concorre com a família na educação sexual de crianças e adolescentes. Ela deve contribuir para a discussão sobre sexualidade incluindo pontos de vista diferentes (e até contraditórios), sem impor valores e normas, mas preenchendo lacunas de informações que as crianças e os jovens adquirem, muitas vezes de forma distorcida e inadequada.

Este aspecto encontra ressonância nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 77) ao partirem do pressuposto de que:

As manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias [...] toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem é carregado de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende. O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância.

Mas é na escola que há continuidade desta educação. O convívio com ‘iguais’ na diversidade – crianças e adolescentes, meninas e meninos – de idades próximas, permite a revisão de conceitos e preconceitos, esclarecimentos de dúvidas, a troca de opiniões convergentes e divergentes que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo que facilitam a ampliação de conhecimentos, revisão de valores e assunção de posicionamentos próprios em relação ao exercício da sexualidade.

### **Formando educadores e ... educando**

Uma das principais dúvidas que cercam a questão da educação sexual na escola recai sobre a ‘figura’ da professora ou do professor, que pode e tem condições para assumir o processo. Nossa experiência, contudo, vem demonstrando que encontrar o/a educador/a que possa educar para a sexualidade não é muito difícil de ‘descobrir’.

Na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, para as crianças, sua professora, em geral, é aquela pessoa em quem mais podem confiar depois da mãe ou outro familiar bem próximo afetivamente. A professora é aquela que acolhe, ensina, e ‘abre-lhes as portas do mundo’! É claro que ela é a pessoa ideal para educar, também, para a sexualidade. Pode ser que, até então, a educação sexual não tenha ‘feito parte da sua história’, mas sendo uma profissional como é, há de encontrar os meios para se capacitar e ‘ousar’ planejar e efetivar ações educativas em sexualidade.

Nas séries seguintes é comum ouvirmos que cabe ao professor de Ciências, discutir, também, sobre sexualidade. Conhecer o corpo humano é importante, mas não garante as condições (ter postura, vontade, iniciativa e atitudes) de educar para a sexualidade. Em geral, há uma educadora ou educador desta ou de outra área de estudo que se destaca como aquela pessoa que é ‘buscada’ pelos jovens para ‘conversar sobre coisas’ extra programações da(s) disciplina(s) que assume... Dentre essas ‘coisas’ se inserem as questões ligadas à sexualidade. Este/a educador/a se constitui naquele/a que tem, por conseguinte, o maior potencial de assumir a educação sexual na escola.

Temos consciência, também de for tomada a decisão em fazer algo, qualquer profissional encontrará os meios de alcançar o que se propõe.

Algumas considerações a respeito da atuação do/a educador/a sexual na escola são sinalizadas pelos PCN (BRASIL, 1988, p.84) ao registrarem que:

O educador deve reconhecer como legítimo e lícito, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento.

[...] É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema.

[...] O professor, assim como o aluno, possui expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares. Não se pode exigir do professor uma isenção absoluta no tratamento das questões ligadas à sexualidade, mas a consciência sobre quais são os valores, crenças, opiniões e sentimentos que cultiva em relação à sexualidade é um elemento importante para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto dos alunos.

[...] Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.

São várias as formas de se efetivar um programa de formação de educadores em sexualidade.

Tivemos uma experiência por mais de vinte anos na Universidade Federal da Bahia através do PROEDSEX – Programa de Educação Sexual do Instituto de Biologia, que compreendeu múltiplas ações extensionistas, entre elas: encontros e oficinas, seminários e cursos (FAGUNDES, 1995).

Os Encontros objetivam sensibilizar os professores para a necessidade de educação sexual na escola e tem as seguintes características: oito horas de duração, turmas com até sessenta participantes e abordagem de conteúdos através de metodologia participativa. Devem começar com uma atividade de integração seguida de dinâmicas e exposições intercaladas visando o alcance dos objetivos de criar um clima de abertura, reflexão e diálogo facilitadores da integração do grupo, promover reflexões sobre conceitos de sexo, sexualidade e educação sexual, identificar e analisar manifestações de sexualidade em diferentes fases da vida (dando-se ênfase à faixa etária correspondente àquela mais freqüente no campo de trabalho/atuação dos participantes) e analisar as possibilidades de, na condição de professor/a, atuar como educador/a sexual na escola.

As Oficinas, caracterizadas como ações educativas em que o trabalho dos educadores não se restringe ao plano intelectual ou cognitivo, prevêm informações e conhecimentos envolvendo principalmente mudança de comportamentos, atitudes e valores. Oficinas servem para diagnosticar a prática, o que as pessoas pensam, o que sentem, o que vivem, o que desejam. Servem para desenvolver um caminho de teorização sobre esta prática como processo sistemático, ordenado e progressivo e para retornar à prática, transformá-la, redimensioná-la. Também visam à inclusão de novos elementos que permitem explicar e entender os processos vividos pelas pessoas que delas participam. Situando-se, também, como uma participante nas oficinas, valorizamos as histórias e vivências de todos, iniciando-as pelo conhecimento que as pessoas detêm e estimulando-as à troca de experiências e à construção coletiva de novos saberes.

Os Seminários operacionalizam os Ciclos de Estudo, cujos participantes desejem iniciar um processo de educação sexual, mas não sabem como começar e nem tem tempo disponível para participarem de cursos. Constam das seguintes etapas: identificação e organização do grupo,

levantamento das expectativas, relação e ordenamento dos temas escolhidos, identificação, escolha e convite a especialistas para discutirem os temas (cuidando para que os convidados conheçam as expectativas do grupo), planejamento, exposição dos temas e avaliação.

Os Cursos de Capacitação são mais abrangentes e mais longos; destinam-se a docentes já sensibilizados para a necessidade de ações educativas de sexualidade na escola, comportam uma programação mais extensa e aprofundada, devendo culminar com a com a elaboração e implementação de um projeto de ação na área.

No âmbito da educação formal, implementamos a disciplina BIO 162 – Sexualidade e Educação, para alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Pedagogia, Psicologia, Letras e outros interessados (FAGUNDES, 1995 e 1996) e a disciplina EDC 714 – Educação, Sexualidade e Gênero (FAGUNDES; LIMA e SOUZA, 2006), para mestrandos e doutorandos do Programa de Pós Graduação em Educação, ambas na Universidade Federal da Bahia e a disciplina Educação e Sexualidade para alunos de Pedagogia na UNIFACS Interativa da Universidade Salvador (FAGUNDES, 2007).

Essas experiências bem sucedidas nos permitem asseverar que com educadores/as dispostos/as, disponíveis e capacitados/as é possível educar para a sexualidade na escola, atentando para seguintes condições: conhecimento do campo temático; definição do objeto de estudo e programação.

Conhecer o campo temático significa definir os limites dentro dos quais vamos atuar. Em sexualidade, o campo temático é constituído de forma bem abrangente pelos seus componentes biológicos, psicológicos e sócio-histórico-culturais.

Definir o objeto de estudo compreende a necessidade de estabelecer claramente o que pretendemos entender, explicar, sistematizar e avaliar em termos de conhecimentos sobre sexualidade que vai da genitalidade até a abordagem ampla de sua inserção na cultura e momento histórico. Deve estar em consonância, também, com o ‘público’ (ou universo de ação) a que se destina o processo de educar para a sexualidade: crianças, adolescentes, adultos, escolarizados ou não, inseridos em ações formais ou não-formais, etc. E como toda ação educativa deve assegurar o alcance de seus objetivos, um passo importante na efetivação de ações educativas em sexualidade consiste em programar.

E programar envolve a definição dos objetivos, seleção de conteúdos, escolha da metodologia e da avaliação, no contexto dos pressupostos filosóficos que norteiam o projeto de ação.

Por fim enfatizamos que, na escola, as ações de educação sexual poderão acontecer dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extra programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Precisam também ser efetivas de forma a contribuir de modo decisivo para a minimização, ou mesmo a eliminação, das assimetrias de gênero, numa perspectiva analítica das nossas práticas, muitas vezes dissociadas da consciência crítica imprescindível a educadoras e educadores.

Em se tratando de educação sexual é preciso propiciar vivências de maior equidade nos mais diversos contextos entre crianças, adolescentes e adultos, que assegurem a superação de preconceitos e a construção de pessoas comprometidas com a igualdade de direitos entre os sexos, criando uma nova forma de existir para mulheres e para homens. Criar uma nova existência, para nós significa construir ou recriar as múltiplas relações interpessoais, especialmente as de gênero para que todos possam se realizar como pessoas e serem mais felizes.

## Referências Bibliográficas:

BARBOSA, M. P. M. Uma experiência de educação sexual em escolas de 1º Grau. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. São Paulo, v.1, n.2, p.104-108, 1990.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Orientação Sexual. In: Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação de temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 287-335.

FAGUNDES, T. C. P. C. Educação sexual – construindo uma nova realidade. Salvador: UFBA, 1995.

\_\_\_\_\_. Implantação da disciplina Sexualidade e Educação na Universidade Federal da Bahia. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. São Paulo, v.7, n.2 (especial), p.131-134, 1996.

\_\_\_\_\_. Implantação da Disciplina Educação e Sexualidade no Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura a Distância da UNIFACS. XII Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana. Recife-Pe. Outubro 2007.

FAGUNDES, T. C. P. C.; LIMA e SOUZA, Â. M. F. de. Inserção de Estudos sobre Sexualidade e Relações de Gênero em Cursos de Pós-Graduação da UFBA. XIII Congresso Latino-Americano de Sexologia e Educação Sexual. Salvador-Ba, Maio 2006.

MORAIS, N. A. Uma responsabilidade do estado. In; RIBEIRO, M. Educação sexual – novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993.

SEGÚ, H. F. Educacion Sexual em la família y em la escuela – um enfoque comprensivo y actualizado. Buenos Aires: Planeta. 1990.

VITIELLO, N. Sexualidade: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo, Iglú, 1997.